

A PEQUENA PROPRIEDADE E O COOPERATIVISMO

EDSON POTSCHE MAGALHÃES

(Do Departamento de Economia Rural)

O recenseamento de 1940, feito com a melhor das intenções, e acreditamos que com sadio patriotismo, com o propósito de mostrarmo-nos a nós mesmos, evidenciando o que somos e possuímos, e advertindo-nos como um toque de clarim para novos empreendimentos, dentre os numerosos benefícios que proporcionará ao país, trará o argumento vigoroso, esclarecedor, de que o Brasil caminha para a pequena propriedade.

Dados estatísticos esparsos, colhidos aqui e acolá, examinados com segurança, oferecem-nos motivo para esta asserção.

Particularmente ao Estado de São Paulo, temos em mãos uma estatística de 1934, relativamente à distribuição das propriedades agrícolas nessa unidade da federação, a qual apresentamos no quadro abaixo:

«Distribuição das propriedades agrícolas pelas suas áreas, em alqueires de 24.200 ms², no Estado de São Paulo».

PROPRIEDADES	TOTAIS	Porcentagem
De menos de 5 alqueires	106.572	39,0
« 5 a 10 alqueires	70.400	25,6
« mais de 10 a 25 alqueires	49.253	17,9
« « « 25 a 50 «	23.765	8,6
« « « 50 a 200 «	18.819	6,8
« « « 200 a 500 «	3.930	1,4
« « « 500 alqueires	2.001	0,7
	274.740	100,0

Examinando o presente quadro vemos que o número de propriedades agrícolas, no Estado de São Paulo, em 1934, era de 274.740, com a área global de 8.726.335 alqueires.

Nesse total há um predomínio bastante significativo de

pequenas propriedades. Tomando como pequenas aquelas cuja área vai até 50 alqueires, vemos que são em número de 226.225, o que corresponde a 82,5%.

De outra parte, podemos considerar, para o caso de São Paulo, como latifúndios, as propriedades de mais de 200 alqueires. Então, notamos que estes, os latifúndios, se apresentam em número de 5.931, ou sejam apenas 2,1%

Finalmente, as demais propriedades, compreendidas entre 50 e 200 alqueires, seriam consideradas médias e correspondem a 15,4%.

Não há negar, pois, o predomínio das pequenas atividades rurais. Poder-se-á contudo, objetar que as propriedades latifundiárias ocupam, apesar de em menor número, maiores extensões. Isso em nada virá contrariar a tese do predomínio das pequenas propriedades e que, na verdade, o Estado e o País caminham para a pequena propriedade.

Se este era o panorama de ha sete anos passados é muito provável, certo mesmo, de que o esfacelamento de outros latifúndios e mesmo de médias propriedades se tenha verificado em favor do argumento de que a tendência é para a pequena atividade rural, o que, de resto, é um grande bem, porque é a mais perfeita forma de democracia econômica, muito mais importante mesmo que a democracia política.

O que se nota relativamente a São Paulo certamente havemos de observar em outras unidades federativas, principalmente nos Estados em que a densidade de população é menos rarefeita.

Houvesse uma Estatística Agrária (da propriedade rural e da produção agrícola) e poderíamos robustecer melhor a nossa asserção de que marchamos, e em ritmo agradável, para a pequena propriedade.

Bem sabemos que o fenômeno não se verifica com o mesmo ritmo em todos os Estados. Contudo, nos de maior população é um fato irrefutável. Haja vista São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, etc.

No município de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, a pequena unidade rural é absolutamente triunfante, pois não ha nem uma propriedade superior a 48 hectares.

O recenseamento levantado em Setembro virá trazer, como dissemos de início, melhores argumentos para o motivo que estamos desenvolvendo.

Em qualquer hipótese assistimos a substituição da economia latifundiária, que fez a grandeza do Brasil Colônia com os seus famosos engenhos, pela economia agrária fundamentada na pequena atividade rural.

Não se pode negar que o regime latifundiário fez a grandeza do Brasil Colônia. Teve a sua época, não resta dúvida. Os mercados faceis, a ausência de concorrentes, o braço de ébano abundante e gratuito, a terra virgem e fértil, tudo constituia e advogava mesmo um regime latifundiário baseado na monocultura.

O latifúndio com sua consequente monocultura sofreu e vem sofrendo rudes golpes, aos quais não pode resistir.

Haja vista a debacle que experimentou a nossa economia agrária com a batalha da abolição, extraordinária luta realizada sem o concurso das armas.

A Sociologia nos mostra, com as suas clarividentes luzes, a inconveniência, o perigo mesmo de países novos organizados pela monocultura. E isto porque em geral os povos jovens não sabem enfrentar as grandes prosperidades inopinadas, consequentes a essas explorações monoculturais.

E essa substituição se vem fazendo naturalmente, imposta pelo determinismo econômico, a despeito da inófia em que temos vivido.

E é natural que assim aconteça com o Brasil, pois o mesmo se deu com outras nações; isto é, todas experimentam essa curva de evolução, passando das largas sesmarias à pequena propriedade, assim que a população se torna mais densa, as terras se valorizam, e a concorrência se manifesta veemente, afetando os interesses dos que se atem às lides rurais.

A monocultura, por um qualquer desequilíbrio de mercados determinado por concorrência inesperada ou movimentos políticos internos, será uma ameaça constante para as grandes culturas latifundiárias.

As consequências desastrosas não se fazem esperar: um esmagador serviço de dívidas, imensos hotéis despovoados, cidades desertas, imponentes teatros fechados, etc.

E os exemplos chovem copiosamente.

Eis o caso da borracha, que até nos parece encantadora lenda, quando ouvimos os ecos daqueles tempos áureos e elásticos como a própria borracha, em que exportávamos 100% da goma consumida no mundo, determinando um luxo exagerado, ocasionando mesmo desregramento de costumes, criando uma sociedade ociosa, acalentada por uma doce esperança de que aquilo, 100% e câmbio a 12, seria uma eternidade, como se estivessem na Terra da Promissão. Da opulência à derrocada...

E o algodão de 1871 a 1880. O exemplo não valeu. Veio o apogeu dessa admirável Malvacea macia, e branca como

a neve. O mesmo enlevo, as mesmas tributações, os mesmos descasos, a mesma inópia. Apareceu o «fellah» egípcio, proscrevendo o algodão brasileiro dos mercados estrangeiros, da industrial Manchester.

E os dois exemplos não bastaram para nortear com nova bússola a economia do Brasil.

Surgiu a epopéia do café com todo o seu cortejo de efeitos deslumbrantes e consequências aterradoras. Levantou-se uma aristocracia radiante que passou a viver portentosamente em Paris e nas grandes capitais européas, embalada pelas riquezas inexgotáveis da rubiácea plantada nas terras férteis do Brasil e nimbada com a certeza de que em caso de fracasso os empréstimos seriam fáceis.

E as grandes fortunas creadas sob o regime monocultural generalizaram uma pobreza mais numerosa e mais séria, cujos males estamos acompanhando...

Não convem insistir em mostrar os desastres da economia latifundiária que está sendo substituída gradativamente, de conformidade com as condições econômicas, que, de resto, são as condições que realmente decidem o problema.

Por outro lado, força é confessar que, sem organização, as pequenas atividades rurais, embora revestindo-se de um aspecto democrático pela existência de maior número de proprietários, podem tornar-se prejudiciais, trazendo resultados funestos para a economia nacional.

Nesse particular, o dr. Luiz Piza Sobrinho, ao tomar posse do cargo de Diretor do Departamento Nacional do Café, em discurso então proferido, responsabilizava a pequena propriedade pelo mal da injeção de 5.000.000 de sacas de café de tipo baixo, no total de 16 a 17.000.000 de sacas da produção paulista. Cresceu de modo considerável o volume de cafés inferiores, caindo na mesma proporção o de cafés finos.

De outro tanto se queixam os exportadores de laranjas e ainda os técnicos do Ministério da Agricultura, contra os pequenos proprietários citricolas do Distrito Federal: não lhes seguem os conselhos no que diz respeito aos melhores tratamentos dos pomares, para melhor apresentação da fruta nos mercados de consumo.

Essas e outras queixas, tais as de falta de máquinas e utensílios agrícolas, inseticidas e fungicidas, adubos, sementes selecionadas, etc., atribuídas às pequenas propriedades, nada representam diante do grande bem da melhor distribuição das riquezas que elas ocasionam.

Mas é preciso raciocinar, já que um caso concreto veio

patentear a inaptidão do pequeno proprietário. A causa da injeção de cafés inferiores, de fornecimento de laranjas depreciáveis não pode ser atribuída à pequena propriedade rural, mas, simplesmente à sua desorganização.

Vejamos num relance qual o aspecto que apresentam as nossas pequenas propriedades rurais. Essas unidades agrícolas, que representam elevada percentagem no conjunto das propriedades do país, são chamados sítios e os seus detentores sitiantes.

Aqui abstraímos-nos por completo dessas pequenas propriedades constituídas por diletantes, em redor das grandes cidades, «bungallows» modernos, vivendas confortabilíssimas, propriedades de recreio, formadas sem nenhum objetivo económico, onde os capitalistas vão passar o seu «week end».

Falamos dessas unidades rurais em que divisamos paradoxalmente reunidas ao redor da morada do sitiante a abastança e a inófia, a fartura e a miséria.

O nosso sitiante vive, antes de mais nada, dentro de uma economia do consumo; planta para o gasto, quasi que consome pelo fato de haver produzido e não produz por se lhe deslumbrar a perspectiva do consumo. Desconhece as próprias necessidades e capacidades do mercado.

Constrói a sua moradia, quantas vezes uma simples palhoça, à beira de um córrego, nem sempre limpo, tendo acaso o cuidado de procurar também uma mina, uma fonte de água potável.

Há um pastinho ao lado da casa, onde estão algumas vaquinhas de raça desconhecida, duas a três éguas e, quem sabe, um cavalo magro.

Na ceva, mais certamente um mangueiro, alguns porquinhos verminosos. Muitos cachorros, bananeiras junto da casa e geralmente algumas laranjeiras e jaboticabeiras.

No terreiro algumas galinhas e próximo um moinho.

A casa geralmente sem conforto e nem sempre higiênica está cheia de filhos anquilostomados.

O sitiante vai ao «comércio», povoação mais próxima, e consegue um fornecedor. Toma-lhe adiantamentos, compra-lhe sal, querosene, riscados e gêneros diversos.

Ao fim de todo o trabalho agrícola, roçada, queima em Setembro, plantio e colheita, volta à cidade e, chumbado por um compromisso com o fornecedor que lhe adiantou sem juros, aceita o preço que este lhe impõe e entrega os produtos. O que colhe mal dá para pagar o que deve.

Novo adiantamento do fornecedor a cuja gaveta está sempre preso, e novamente o mesmo ciclo.

Pois bem, se estamos certos da fragmentação das grandes e médias propriedades rurais em proveito das pequenas unidades agrícolas, torna-se necessário maior atenção a esse problema, um dos grandes aspectos da economia agrária do país.

Melhores atenções e cuidados voltados para a valorização das pequenas atividades rurais, consolidando a economia desses pequenos proprietários, forçosamente determinarão um reerguimento de regiões abandonadas, grandes latifúndios outrora florescentes, opulentos, e hoje divididos e subdivididos. E isto além de grandes proveitos diretos para a economia agrária nacional, contribuirá, também, para evitar o êxodo de tais regiões em demanda dos centros industriais, mais tentadores.

Mas, se se tem em vista este objetivo, isto é, o êxito das pequenas propriedades rurais, a exemplo do que fizeram e fazem outros países mais bem evoluídos, é evidente que isto só poderá ser levado a efeito pelo cooperativismo, «a suprema esperança dos que sabem haver uma questão social a resolver e uma revolução a evitar.»

Não é de mais acrescentar, de outra parte, que toda a economia agrária nacional, principalmente a das zonas de maior densidade populacionística, há de fazer-se pelas pequenas atividades rurais, porque estas, racionalizadas, o que equivale a dizer, organizadas cooperativamente, afastando-se das normas da ortodoxia capitalista que conduzem as grandes propriedades, e com seu aspecto de perfeita democracia econômica, contribuirão, certamente, mais e melhor, para um maior rendimento em benefício próprio, refletindo em toda a economia do país.

Despertemos a cooperação, no sentido das pequenas propriedades se completarem dentro de um solidarismo sadio, podendo assim melhor se organizarem e, emancipadas dos intermediários, espalhar em melhores âmbitos, e por todos os quadrantes, os grandes benefícios de que são capazes.

Convém lembrar, ainda, que não somente os fatos relacionados, presos à questão agrícola, nos fazem aplaudir a pequena propriedade. Devemos encará-la, também, e muito amistosamente, do ponto de vista político e social, tendo em conta que a democracia da terra constitui forte apoio à estabilidade e à robustez dos governos e ao bem estar geral da sociedade.

Disso são exemplos magníficos a Finlândia, a Dinamarca, a Suíça, a Suécia, a Holanda, a Bélgica, a França, a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, etc.

Recentemente ainda se disse que a ambição de todo agricultor da Finlândia é pertencer a dez sociedades cooperativas e que a maioria deles já são sócios de entre duas a cinco. Ali, como em outros países, o agricultor considera o cooperativismo como uma forma de perfeição social e econômica que o conduz aos umbrais de uma verdadeira utopia.

«Em vinte anos — diz um relatório oficial — a produção nacional do trigo aumentou de 2 a 80 por cento e a de todos os cereais em conjunto, de 45 a 90 por cento; o rendimento por unidade de superfície aumentou de 50 por cento».

E às cooperativas se atribue muito disso, pois, proporcionaram ao agricultor, não só maior capacidade de produção, como mais eficácia na distribuição.

Em um país onde o cooperativismo tem tantos e tão ardentes adeptos, os problemas da organização de uma cooperativa não oferecem grandes dificuldades. Fácil não só fazer novos sócios, como também é fácil conservá-lo. Seu vivo interesse nos assuntos da sociedade é garantia de que apreciarão o trabalho dos administradores, como também o é de sua constante cooperação nos negócios da corporação.

Em poucos logares, não obstante, encontramos um estado de coisas parecido.

A experiência tem demonstrado mil e uma vezes que no cooperativismo o êxito depende da participação entusiástica e espontânea dos sócios nos assuntos da sociedade, tanto quanto da boa administração.

O famoso economista francês, Charles Gide, autor de *La coopération dans les pays Latins*, depois de estudar um inquérito a respeito das cooperativas na América do Sul e nos países da Europa Meridional, chegou á conclusão de que «o cooperativismo é uma planta que floresce e frutifica somente no Norte, e que se limita a vegetar no Sul.»

Embora seja perfeitamente distinto o panorama cooperativista que se nos descortina nos países do hemisfério setentrional, especialmente na Finlândia, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos, daquele que se nos apresenta nos países da América do Sul, estamos convencidos de que o movimento cooperativista nestes últimos caminha em ritmo acelerado e em um futuro próximo se colocará no mesmo plano dos do hemisfério boreal.

E' bem de ver que o notavel economista, e um dos mais eminentes próceres do cooperativismo haja atribuído à má política tal anomalia, e que essa declaração foi feita há uns 15 anos passados. Dessa época para cá, se na verdade os países do norte progrediram ainda, imprimindo novos rumos à economia cooperativista, por outro lado o pro-

gresso da matéria na América do Sul se fez sentir muito mais intensamente.

E era natural que isso se verificasse, pois, enquanto os primeiros já haviam atingido um clima superior, seu progredir daí para frente teria que se passar mais lentamente, enquanto que as nações novas da América Latina, encantadas com os resultados exuberantes de tantos países e por força mesma do determinismo econômico, teriam que acelerar o ritmo de sua marcha econômica, procurando novos rumos, orientados pela bússola extraordinária dessa «flôr da consciência coletiva», que é o cooperativismo.

Se ao ilustrado economista desaparecido em 1932 fosse dado examinar um novo inquérito a respeito das sociedades cooperativas da América do Sul, em nossos dias, é de admitir que o eminente cooperativista não se pronunciasse com o mesmo pessimismo. E isto porque o surto que o cooperativismo vem experimentando em toda a América do Sul, especialmente na Argentina, no Brasil, no Chile e na Colômbia é tão auspicioso e convincente que é capaz de empolgar os mais pessimistas.

Em 1926 a Argentina promulgou leis admiráveis, relativas à constituição de sociedades cooperativas. Esse foi o primeiro passo para uma evolução sempre vigorosa. Bastou o primeiro impulso para que a roda cooperativista continuasse a girar num ritmo cada vez mais acentuado. Hoje é uma bela realidade o cooperativismo platino, onde principalmente se desenvolveram as cooperativas agro-pecuárias.

No Chile, na Colômbia e no Uruguai é grande o entusiasmo dos lavradores e criadores, os quais vêm organizando as suas sociedades cooperativas.

Aquí, no Brasil, o cooperativismo começou a preocupar os nossos homens, sessenta anos depois da iniciativa encantada dos probos pioneiros de Rochdale.

As primeiras idéias não lograram êxito porque o terreno não fora convenientemente preparado. Isto, que numa primeira análise pode parecer um mal, foi antes um grande bem porque evitou-se que um grande número de vícios iniciais viessem arruinar todo o movimento em perspectiva.

Só depois de 1930, e especialmente depois de 1933 foi que o ritmo do movimento cooperativista se tornou mais intenso. Daí, então, a fundação de numerosas sociedades cooperativas no Rio Grande do Sul, em São Paulo, na Paraíba, em Pernambuco e até no Território do Acre.

O decreto-lei número 581 de 1º de Outubro de 1938, regulamentou definitivamente o funcionamento das cooperati-

vas no país. Com as que foram registradas até 31 de Março de 1940, existiam no Brasil 897 desses organismos de ajuda mútua econômica, assim distribuídas:

413 de produção
230 de crédito
216 de consumo
24 diversas e
14 de segundo grau.

Em conjunto, as referidas cooperativas somavam 123.133 associados.

O ano de 1940 foi fecundo em assuntos cooperativistas, o mesmo acontecendo com os meses já decorridos do presente ano. Assim é muito possível que já contemos aproximadamente com mil sociedades em pleno funcionamento.

Dos Estados da Federação é o Rio Grande do Sul o leader, quanto ao número de cooperativas, possuindo 230. Segue-se-lhe São Paulo, que em 31 de dezembro do ano passado contava com 219. Cabe o terceiro lugar a Pernambuco, sendo que dos Estados menores a Paraíba está na vanguarda, com mais de 60 organismos cooperativos.

Nota-se o predomínio das cooperativas de produção, seguindo-se as de crédito. Embora devamos principiar pelas de consumo, imitando os 28 pioneiros de Rochdale, temos a gratíssima satisfação de assistir ao predomínio das de produção, pois, são as que mais de perto nos interessam nessa marcha para a pequena propriedade.

Seria longo enumerarmos as grandes cooperativas existentes no território pátrio, mostrando o debuxo das mesmas, esclarecendo os seus movimentos, evidenciando os seus benefícios.

Queremos insistir é que, mais do que nunca, nos dias em que vivermos temos necessidade de nos organizar. Organizar quer dizer agir cooperativamente.

Somente pela cooperação os nossos agricultores, mormente aqueles detentores de pequenas propriedades, conseguirão triunfar nesta imensa batalha econômica em que nos empenhamos.

As cooperativas de produção agrícola ou pecuária garantirão àqueles que as abraçarem espontânea e entusiasticamente os recursos para movimentar as lavouras, adquirir máquinas, adubos, contratar agrônomos e veterinários. Novos reprodutores serão adquiridos e o melhoramento do rebanho não se fará esperar. O produto melhorará e a produção virá intensificada. E não ficaremos com a produção obtida, as nes-

ses fartas, pensando que fazer da retribuição do nosso trabalho.

Tão importante como produzir é o colocar a produção. Produção e consumo são dois pontos que se completam e se condicionam no círculo econômico.

Diz Rabeno que as cooperativas de produção têm as seguintes finalidades:

- a) emancipação dos trabalhadores do capitalismo, mediante a posse do capital e, por conseguinte, associações de obreiros que possuem capital;
- b) associação de obreiros que exercem a empresa de produção em que trabalham e que possuem o capital necessário;
- c) associação de obreiros para o exercício da empresa de produção em que trabalham, sem mencionar a necessidade de que tenham o capital necessário.

De outra parte ouvimos Brentano:

- 1) — os trabalhadores reunidos em empresa de produção se beneficiam com o resultado dessa mesma produção, com tudo aquilo que restar depois de reconstituído o capital circulante consumido, deduzida a quota de consumo do capital fixo e pagos os juros dos demais capitais que, acaso, forem tomados como empréstimo;
- 2) — os trabalhadores associados determinam todas as condições de trabalho, salvo o salário;
- 3) — todo o trabalho que se executa, toda a diligência na produção reverte em benefício de todos os trabalhadores, daí dimanando maior espírito de economia, maior atenção no emprego dos materiais e no manejo dos instrumentos;
- 4) — não existe aqui a diferença entre patrões e operários que perturba a empresa individual. Cumpre, entretanto, evitar as rivalidades, as intrigas e os caprichos, que poderão ser fatais para a sociedade cooperativa;
- 5) — a necessidade de aumentar o capital da associação, para maiores recursos, impele o trabalhador à economia, na esperança de poder aumentar suas próprias quotas na empresa;
- 6) — De todas as vantagens que a cooperativa de produção apresenta, a maior de todas consiste na certeza de que a cooperação faz dos trabalhadores homens verdadeiramente homens, conscientes e livres.

Os trabalhadores que fazem prosperar a sua cooperativa deverão, logicamente, empregar nessa tarefa uma grande soma de força intelectual e maior de força moral. Atingindo a independência econômica depois de suportarem com suas famílias todas as necessidades, estarão depois dispostos, mais do que ninguém, a ser donos de si próprios, a desenvolver livremente todas as suas faculdades intelectuais e morais e a dispor com liberdade de suas convicções políticas e religiosas.

Vejamos, ainda, como pensa o nosso ilustre patricio e eminente cooperativista dr. Luiz Amaral, poder sintetisar os objetivos das cooperativas agrícolas:

- 1) Valorizando, pela união, os trabalhadores do campo, emancipá-los de certos parasitas, que, a caminho dos mercados consumidores, sugam a maior parte dos frutos de seus esforços.

Objetivo mais que legítimo e mais que justificável, porquanto não é para si que trabalha o agricultor isolado e sem defesa: é para o intermediário, que faz fortunas rápidas, enquanto continua precária a situação da grande maioria dos produtores.

- 2) Tornar possível — pela assistência técnica, pela propaganda educativa, e pelos melhores resultados econômicos obtidos, o aperfeiçoamento da produção para que se intensifique o consumo, e se conquistem novos mercados afim de evitar os fenômenos de pseudo-superprodução, pois esta, as mais das vezes, não passa de deficiência distributiva e, em consequência, de sub-consumo.

Agora, para terminar o estudo que vimos fazendo, voltamos aos nossos sítios, às nossas pequenas propriedades rurais desorganizadas.

O nosso sitiante parece bastar produzir para comer. Há, aparentemente, um mínimo de necessidades e um grande desinteresse, ou melhor, um comodismo incompreensível que o faz compactuar com as próprias condições.

E assim perdem-se as coisas. Não há negar que de tudo sobra um pouco. Mas não vale a pena ir ao "comércio". O que se tem é pouco e os compradores querem negócios em alta escala.

A capacidade total de rendimento do moinho não é aproveitada porque o produto de três a cinco horas é suficiente para as necessidades do sítio.

O leite de uma das vacas basta para as crianças, os

velhos tomam café, e os bezerros aproveitam o resto mesmo com o perigo de excesso de leite.

O local excelente para uma horta não é convenientemente aproveitado, existindo apenas alguns pés de couve para o gasto. Não convem produzir mais porque não há quem compre.

Embora grandes o mangueirão e a ceva junto da casa, apenas dois ou três suínos verminosos.

Colheu-se pouca batatinha e não vale a pena levá-la ao mercado, pois, como vimos, o comércio quer negócios em maior escala. Quando o faz em um quasi retalho é abusivo, sangra o pequeno produtor.

Tudo muito bem. Lutemos um pouco e deixemos esse comodismo hediondo. Organizemos uma cooperativa de compra e venda. Isolados não podemos mandar os nossos produtos ao comércio porque o transporte é caro e não temos meios para isso. É o velho tema. As estradas cobram fretes elevados porque não há produtos a exportar, não se produz porque os fretes são exagerados.

Mas, prossigamos. A cooperativa terá um meio de transporte. O caminhão, a carroça, ou qualquer outro veículo irá à propriedade de cada cooperado, colherá as rapaduras, os ovos, a batatinha, as verduras, o leite, os frangos, as frutas e levará tudo ao armazem da sociedade.

Não haverá intermediários, desaparecerá a especulação.

Vendo os seus produtos vendidos, o interesse da direção da cooperativa, o concurso de diversos lavradores convisinhos, não há agricultor que não se entusiasme. Surge um estímulo vigoroso, aparece a confiança, desponta a seriedade, barra a rotina, saneia o conformismo estreito e um novo colaborador da economia do país se levanta com toda a robustez de que é capaz o agricultor patricio.

E não ficaremos apenas nisso.

No mesmo armazem cooperativo, ambiente nosso, onde nos pomos à vontade, em outra seção adquiriremos com um metro de cem centímetros e um quilo de mil gramas as mercadorias necessárias. O sal, querozene, arame farpado, máquinas agrícolas, adubos, inseticidas e fungicidas, etc., tudo se terá sem explorações, sem que se fique trancado na gaveta do fornecedor.

O trator, os reprodutores, os técnicos, tudo virá à nossa porta, ajudando-nos na arrancada para novas e maiores recompensas.

E uma seção de crédito nascerá, mais adiante, afim de proporcionar recursos para novos progressos, novos melhoramentos pela inversão de novos capitais.

Com esta exposição cheia de singeleza, sem teorismos, feita numa linguagem simples vemos o debuxo do cooperativismo, em toda a sua plenitude.

Assim se fez a grandeza da economia agrária da Finlândia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, França, Alemanha, Inglaterra, Suíça, Estados Unidos, etc., onde o cooperativismo movimentou milhões.

Na América Latina, no Brasil, o cooperativismo não vegetará simplesmente, mas florirá e trará frutos sazonados porque ele é realmente o «Evangelho em ação», «a suprema esperança dos que sabem haver uma questão social a resolver e uma revolução a evitar».



- CLICHÉS
- RAPIDOS
- PERFEITOS

GRAVURA SÃO JOSÉ

RUA ESPIRITO SANTO, 945

TEL. 2-6546

Presteza absoluta para o interior

BELO HORIZONTE